

# Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 <> Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 <> Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: [secretaria@camaradracena.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaradracena.sp.gov.br)

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

## PARECER JURÍDICO

**ASSUNTO:** PL nº 70/2025, que dispõe sobre a instituição da EXPOAGRO DRACENA.

**INTERESSADO:** Chefe do Poder Executivo

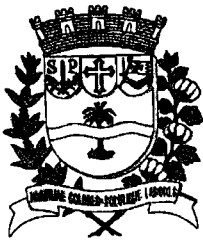
### DA AUTONOMIA DA ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 133 diz que "o advogado é indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei".

O Assessor Jurídico da Câmara Municipal, como advogado que é, está subordinado ao Estatuto da OAB (Lei nº 9.806/94), até porque o art. 1º, §1º diz que "exercem atividade de advocacia, sujeitando-se ao regime desta lei, além do regime próprio a que se subordinem, os integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, da Defensoria Pública e das Procuradorias e Consultorias Jurídicas dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas entidades de administração indireta e fundacional".

O fato de ser servidor público não significa que o Assessor Jurídico esteja subordinado juridicamente a qualquer forma de manifestação interna ou externa, pois o advogado tem as suas próprias convicções (pautadas nas Leis e nos entendimentos da doutrina e da jurisprudência). Neste sentido, inclusive são as súmulas nº 01, 02, 03 e 06 do Conselho Federal da OAB.

Fato é que as convicções da Assessoria Jurídica, tal qual o presente parecer, não vincula qualquer membro ou autoridade do Poder Legislativo, podendo ser exarada posição diversa da doravante exposta, sem qualquer problema de caráter pessoal para esta Assessoria. Portanto, o presente parecer tem caráter meramente consultivo.



# Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 <> Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 <> Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: [secretaria@camaradracena.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaradracena.sp.gov.br)

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

## RELATÓRIO

O presente parecer jurídico tem por objeto a análise do **Projeto de Lei nº 070/2025**, de autoria do Poder Executivo Municipal, que visa instituir a **EXPOAGRO DRACENA** como evento oficial da Administração Pública, a ser realizado anualmente no mês de novembro, sob a responsabilidade das Secretarias de Agronegócio e Desenvolvimento Econômico.

Analisando o projeto, surgiram preocupações sobre:

- À **ausência de estudo de impacto orçamentário-financeiro**;
- À **existência da tradicional FAPIDRA**, evento privado de natureza agropecuária já consolidado no Município;
- À **proximidade da ACERUVA**, tradicional feira realizada em Junqueirópolis (município vizinho);
- À **não inclusão das Secretarias de Cultura, Educação e Turismo** na concepção e organização do evento;
- À **existência de Plano Diretor de Turismo (Lei Municipal nº 5.157/2024)** e a necessidade de compatibilização da nova iniciativa com o referido plano;
- À **viabilidade jurídica e administrativa de celebração de parceria público-privada (PPP)** como alternativa à criação de um novo evento público.

## FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### 1. Violação ao Princípio da Legalidade Orçamentária e à LRF

Nos termos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), toda nova ação governamental que implique aumento de despesa deve ser precedida de:

I – **estimativa do impacto orçamentário-financeiro** no exercício corrente e nos dois subsequentes;



# Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 < Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 < Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: [secretaria@camaradracena.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaradracena.sp.gov.br)

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

II – declaração do ordenador da despesa de que a despesa tem adequação orçamentária e financeira.

O projeto em análise não apresenta tal estimativa nem documentação anexa, o que compromete sua regular tramitação e autoriza o controle preventivo por parte do Legislativo, conforme orientação do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

## 2. Ineficácia Administrativa pela Criação de Evento Concorrente

A criação de um evento agropecuário público sob a denominação de **EXPOAGRO DRACENA**, no mês de novembro, coincide temporalmente com a **ACERUVA**, tradicional feira do município vizinho, e ignora a existência da **FAPIDRA**, feira agropecuária de longa tradição, organizada pela iniciativa privada em Dracena.

Tal escolha infringe o princípio da eficiência administrativa (art. 37, caput, da Constituição Federal) e pode resultar em:

- Fragmentação de recursos financeiros e logísticos;
- Concorrência institucional desnecessária com iniciativas consolidadas;
- Prejuízo à articulação regional e à racionalização de investimentos públicos.

## 3. Desarticulação Intersetorial e Violação ao Plano Diretor de Turismo

Dracena possui Plano Diretor de Turismo atualizado (Lei Municipal nº 5.157/2024), instrumento essencial para:

- Captação de recursos junto ao Governo Estadual (MIT/Estância);
- Planejamento integrado das políticas de cultura, turismo, educação e desenvolvimento econômico;
- Promoção da sustentabilidade e valorização das vocações locais.



# Câmara Municipal de Dracena

Rua Princesa Isabel, 1635 <> Caixa Postal 215

CEP – 17900-000 <> Dracena - SP

Telefones/fax.: (0xx18) 3821-1800/3821-5923

e-mail: [secretaria@camaradracena.sp.gov.br](mailto:secretaria@camaradracena.sp.gov.br)

site: <http://www.camaradracena.sp.gov.br>

Entretanto, o projeto não faz qualquer menção ao Plano Diretor, nem vincula o evento à política turística do município, tampouco inclui as Secretarias de Cultura, Educação ou Turismo na organização. Essa omissão infringe:

- A Lei Complementar Estadual nº 1.261/2015;
- Os princípios da integração e da transversalidade das políticas públicas;
- As diretrizes de eficiência e planejamento estabelecidas pela Constituição Federal e pelos tribunais de contas.

#### 4. Alternativa Jurídica: Parceria Público-Privada com a FAPIDRA

Considerando os fundamentos acima, recomenda-se como alternativa legal, mais eficiente e estratégica a celebração de parceria público-privada (PPP) com os organizadores da FAPIDRA, mediante instrumento jurídico adequado (ex: termo de colaboração, fomento ou convênio), com os seguintes objetivos:

- Fortalecer evento já existente, com menor custo e maior impacto;
- Evitar sobreposição de esforços e conflitos com o calendário regional;
- Inserir oficialmente a FAPIDRA no calendário cultural e turístico de Dracena;
- Promover sinergia entre setor público e sociedade civil organizada.

#### CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica opina pela rejeição do projeto.

Dracena, 01 de setembro de 2025.

Natália P. Gesteiro da Palma

Advogada – OAB/SP 162.890